



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

O MUNICÍPIO DE JAGUARÉ-ES, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA Nº LEI Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2024, DECRETO MUNICIPAL Nº 030/2024 E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Processo: nº 02849/2026 – Secretaria Municipal de Gabinete.

Código CidadES: [2026.038E0700001.01.0023](https://www.cidad.es/2026.038E0700001.01.0023)

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME e EPP, EXCETO OS LOTES 04, 05, 06 e 07, QUE SERÃO ABERTOS A AMPLA CONCORRÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:59 horas do dia 02/07/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 02/07/2026.

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTES.

Modo de disputa: **ABERTO**.

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa **Formalização de Registro de Preços para aquisição de kits lanches**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do LOTES, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento, na classificação expressa no Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

A licitação é exclusiva para participação de Microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, conforme estabelece Lei Complementar nº 123/2006, devido ao valor total de cada Lote, ser inferior as R\$ 80.000,00(oitenta mil reais), EXCETO OS LOTES 04, 05, 06 e 07, QUE SERÃO ABERTOS A AMPLA CONCORRÊNCIA.

4.2.1.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

- 4.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.3.7.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.3.8.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.3.9.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.3.10.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.3.11.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.4.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- 4.4.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá assinalar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.4.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.6. Os licitantes deverão indicar suas propostas de preços, utilizando para tanto, exclusivamente, o Sistema Eletrônico, sendo consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

4.7. As propostas de preços poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora de sua abertura definidas no Edital.

4.8. CABERÁ AO LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA E ATÉ SUA EFETIVA HOMOLOGAÇÃO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER ATOS OU MENSAGENS EMITIDAS PELO PREGOEIRO OU PELO SISTEMA OU DE SUA DESCONEXÃO.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 . Na presente licitação, a fase de habilitação SUCEDERÁ as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 . Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 . O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4 . Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5 . Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1 O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total para cada item ou lote, em moeda corrente nacional;

6.1.2 Quantidade correspondente ao quantitativo estimado;

6.1.3 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, **marca de cada produto**, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

- 6.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3** O Licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto na licitação
- 6.4** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.7** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.8** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da contratação.
- 6.10** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60(sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.11** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 7.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

7.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.10 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de DISPUTA ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

7.21. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.25.2.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá solicitar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02(duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26.4. O não envio da proposta reajustada conforme um último lance ofertado, ensejará na desclassificação da empresa

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível (VALOR INFERIOR A 50% DO VALOR ORÇADO), (Acórdão nº 9635/2024 -TCU - Plenário).

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, valores inferiores a 50% dos valores orçados para o lote, estes que são incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta, devendo ser comprovada os insumos, custos indiretos, tributos, encargos, lucros e demais que se fizerem necessários.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Pregoeiro **poderá** convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **01(uma)** horas, sob pena de não aceitação da proposta.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

8.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, onde os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) HORAS, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.14. Caso a empresa primeira colocada não envie sua proposta reajustada, a mesma será desclassificada, onde o pregoeiro convocará o segundo colocada para negociação e envio de proposta via chat, no prazo de 30(trinta) minutos.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.

9.1. A exigência de documentos habilitatórios, somente será exigida do licitante vencedor.

9.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **4.3 do edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

9.2.1. SICAF;

9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

9.4.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.4.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

(IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.4.1 e 10 deste edital.

9.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.8.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.8.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.9. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

9.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **01(uma)** hora sob pena de inabilitação.

9.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.13.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.15. Será verificado se o licitante sinalizou no sistema as declarações estabelecidas no **item 4 do edital**, sob pena de inabilitação.

9.16. Após o envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital

9.19. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.20. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.21. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.21.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.21.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

9.21.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.21.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.21.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.21.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.21.7. Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.21.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.22. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.22.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.22.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

9.22.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.22.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22.7. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

9.22.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

I - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

II - Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

III - Se o licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

IV - Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

V - Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).

9.22.10. O Agente da Contratação/Pregoeiro e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação procederão à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

9.22.11. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.22.12. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

9.22.13. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.23. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.23.1 - CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

a) Termo de Abertura;

b) Termo de Encerramento;

c) Balanço Patrimonial;

d) Demonstração de Resultado do Exercício;

e) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alienas "a" e "b" acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

9.23.2 - A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos documentos apresentados no item anterior, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

ILC = Ativo Circulante



Prefeitura Municipal de Jaguaré Estado do Espírito Santo

Passivo Circulante

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

ISC = $\frac{\text{Ativo Total Passivo}}$

$\frac{\text{Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Explicação: Será habilitada a empresa que apresentar:

I. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;

II. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;

III. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

9.23.2.1 - As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de 10% (dez por cento) da soma dos valores ESTIMADOS dos lotes arrematados.

I - Para os consórcios, para fins de comprovação da qualificação econômico financeira, deverá ser comprovado o valor descrito no subitem 8.3.4.4, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido ao licitante individual, perfazendo assim o valor a ser comprovado de 20% (vinte por cento).

II - O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definida em lei.

9.23.3 - O exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de JUNHO do ano subsequente, para as Licitantes que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de ABRIL do ano subsequente, para as demais licitantes.

9.23.4 - Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

9.23.5 - Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

9.23.6- O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, poderão ser apresentados de forma cumulativa, quando a informação do último exercício, constar os dois períodos.

9.23.7 - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

I - As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

II - O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

9.23.8. Micro empreendedores individuais, estão dispensados da apresentação de Balanço Patrimonial.

9.24. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.24.1. Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou fornecimento da natureza do objeto da presente licitação.

9.24.2. O licitante deverá apresentar Alvará Sanitário, Licença Sanitária ou documento equivalente vigente, expedido pelo órgão competente, compatível com a atividade econômica relacionada ao objeto da contratação.

9.24.3. O Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na legislação.

9.25. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.26. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.27. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.28. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.30. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.31. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, ou documentação inabilitada, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, onde os remanescentes serão convocados via chat pelo pregoeiro no prazo máximo de 30(trinta) minutos, podendo ser dilatado, conforme necessidade, para envio de



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

suas propostas, documentações ou diligências, onde é de responsabilidade dos licitantes acompanhar o certame, o não envio no prazo estipulado, acarretará na desclassificação ou inabilitação.

10. DA COMPROVAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE GRANDE PORTE.

10.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, onde a empresa, deverá ter apresentado os seguintes documentos:

10.1.1. Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, com data de emissão no ano previsto para apresentação das propostas conforme art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro de Comércio, de 30/04/2007, ou certidão simplificada emitida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso (com dados atualizados da empresa), para usufruir do direito de preferência previstos na Lei Complementar 123/2006.

10.1.2. Ter marcado no campo indicado no portal, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

11. DOS RECURSOS.

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade superior (Gestor), o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. A Convocação será realizada pelo e-mail, que a empresa informar em sua proposta ou documentação.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/lote(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

- 14.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 14.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 14.1.2.** Se houver mais de um proponente que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances;
 - 14.1.3.** Os proponentes cuja proposta final seja superior ao estimado para a contratação não comporão o cadastro de reserva.
 - 14.1.4.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original;
- 14.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 14.3.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 14.4.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 14.5.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 14.5.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 14.5.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 50 e art. 51 do Decreto nº 030/2024.
- 14.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 14.6.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 14.6.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 14.7.** O registro de preços com fornecedor do cadastro de reserva nas hipóteses dos arts. 49, 50 e 51 deste decreto será formalizado por meio de termo aditivo à ata, e valerá para o prazo de vigência e quantitativos remanescentes.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

- 15.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e minuta de Ata de Registro de Preços.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

- 16.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de referência.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.5. fraudar a licitação;

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2. as peculiaridades do caso concreto

17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

- 17.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor adjudicado, recolhida no prazo máximo de **10(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do valor adjudicado.
- 17.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do valor adjudicado.
- 17.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 17.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. FORMA DE PAGAMENTO

18.1.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.1.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

18.2 - PRAZO DE PAGAMENTO

18.2.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.

18.2.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação.

18.2.3 - No caso de atraso pelo Contratante, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * 0,33 100 * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

18.3 - A Nota Fiscal/Fatura deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

18.3.1 - Identificação completa da Contratada: CNPJ (o mesmo constante da documentação fiscal, exceto se for emitida por filial/matriz que contenha o mesmo CNPJ base, com sequencial específico da filial/matriz) da contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc.;

18.3.2 – Prazo de validade;

18.3.3 – Data da emissão;

18.3.4 – Dados da contratação e do órgão contratante;

18.3.5 - Descrição de forma clara do objeto executado;

18.3.6 - Valores unitários e totais e período com as informações referentes aos itens do objeto efetivamente entregues;

18.3.7 - Número do processo que originou a contratação, bem como o número do empenho.

18.3.8 - Informações bancárias para pagamento.

18.3.9 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

18.5 - Os pagamentos serão condicionados à apresentação da Nota Fiscal dos produtos/serviços contratados e entregues/executados devidamente atestados pelo setor competente.

18.6 - Deverá a contratada apresentar ainda as provas de regularidade fiscal e trabalhista com prazo de validade vigente, descritas abaixo:

18.6.1 - Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB);

18.6.2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

18.6.3 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

18.6.4 - Prova de Regularidade com a Fazenda do Estado do Espírito Santo;

18.6.5 - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

18.6.6 - Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

18.6.7 - Prova de Regularidade de Falência e Concordata.

18.8 - O atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação e a pronta quitação das parcelas em aberto.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

18.9 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.10 - Dados para emissão da Nota Fiscal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARE

CNPJ nº 27.744.184/0001-50

AV. 09 de Agosto, nº 2326 - ES

CEP: 29.950-000

Telefone (27) 3769-2900

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

19.2. A **IMPUGNAÇÃO** e/ou **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO** ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

19.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

19.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.12. A Administração, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

20.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.jaguare.es.gov.br.



Prefeitura Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo

20.15. Informações pelo telefone: 27 – 99599-5592, e e-mail: licitacoes@jaguare.es.gov.br, de segunda a sexta- feira, de 08:00h as 17:00h.

20.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO III – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

ANEXO IV –TERMO DE REFERÊNCIA;

Jaguaré-ES, 17 de junho de 2026.

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

Processo Administrativo nº. /2026

Pregão Eletrônico

Código CidadES: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O MUNICÍPIO DE JAGUARÉ – ES, pessoa jurídica de direito público, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - ES, CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº....., para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Pregão Eletrônico nº xxxx, Processo nºxxxxxxxx, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 030/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de kits lanches**, especificado(s) no(s) lotes do Termo de Referência, anexo *Pregão Eletrônico nº.....*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada lote, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem, em anexo I a Ata de Registro de Preços.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo II a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a(Secretaria Municipal de xxxxxxxxx)....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, tendo seu quantitativo renovado, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.*

5.1.2. *Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.*

5.2. *A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. *Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.4. *Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:*

5.4.1. *Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, vedada a possibilidade do licitante registrar quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;*



Prefeitura Municipal de Jaguaré Estado do Espírito Santo

- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*, e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 40. do Decreto nº 030/2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora **autorizar** o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do art. 50, do Decreto nº 030/2024.

9.1.4.1. Na hipótese do inciso IV, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos Decreto nº 030/2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no termo de referência*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

11.1. A ata de Registro de Preços, deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, A administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.3. A execução da ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, Sra. **XXXXXXXXXXXX** e o fiscal suplente **XXXXXXXXXXXX**, tendo como gestora da ata a Sr. **XXXXXXXXXXXX**.

11.3.1. Obrigações do fiscal:

a) Atestar o recebimento provisório e definitivo;

b) Receber, conferir e atestar as Notas Fiscais;

c) Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

11.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

11.5. A Administração reserva-se o direito de, sem restringir a responsabilidade da contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos;

11.6. A fiscalização anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

11.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;



Prefeitura Municipal de Jaguaré Estado do Espírito Santo

11.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

14.9. O Gestor da contratação é o Gestor da Secretaria requisitante.

12.CONDIÇÕES GERAIS

12.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

13 – FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Jaguaré – ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Jaguaré-ES, xx de xxxxx de 202x

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal do representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Anexo I da Ata de Registro de Preços

PREÇOS REGISTRADO (vencedor)



Prefeitura Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo

Segundo a ordem de classificação, fornecedores que tiveram seus preços registrados, por serem os vencedores do certame licitatório:

Lote	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor total



Prefeitura Municipal de Jaguaré Estado do Espírito Santo

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Lote do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor total



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

Processo Administrativo nº. /2026

Pregão Eletrônico

Código CidadES:

CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JAGUARE/ES E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE JAGUARÉ – ES, pessoa jurídica de direito público, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - ES, CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXX, representado neste ato pela Secretária Municipal de XXXXXXXXXXXX, SR. XXXXXXXXXXXX, brasileira, xxxxxx, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXX e RG nº XXXXXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal 001/2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **aquisição de kits lanches**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme especificação técnicas em anexo.

1.2 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 - O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2 – Edital

1.2.3 - A Proposta do contratado e eventuais anexos.

1.2.4 – Ata de registro de preços.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de xx(xxxxx) meses, contados do dia posterior a publicação do contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 - O Valor Global do presente Contrato será R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

3.2 - Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, de materiais e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação do objeto deste contrato, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida.

4 - CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6 - CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1 - FORMA DE PAGAMENTO

6.1.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

6.2 - PRAZO DE PAGAMENTO

6.2.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.

6.2.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.2.3 - No caso de atraso pelo Contratante, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * 0,33 * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

6.3 - A Nota Fiscal/Fatura deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

6.3.1 - Identificação completa da Contratada: CNPJ (o mesmo constante da documentação fiscal, exceto se for emitida por filial/matriz que contenha o mesmo CNPJ base, com sequencial específico da filial/matriz) da contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc.;

6.3.2 – Prazo de validade;

6.3.3 – Data da emissão;

6.3.4 – Dados do contrato e do órgão contratante;

6.3.5 - Descrição de forma clara do objeto executado;

6.3.6 - Valores unitários e totais e período com as informações referentes aos itens do objeto efetivamente entregues;

6.3.7 - Número do processo que originou a contratação, bem como o número do empenho.

6.3.8 - Informações bancárias para pagamento.

6.3.9 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.5 - Os pagamentos serão condicionados à apresentação da Nota Fiscal dos produtos/serviços contratados e entregues/executados devidamente atestados pelo setor competente.

6.6 - Deverá a contratada apresentar ainda as provas de regularidade fiscal e trabalhista com prazo de validade vigente, descritas abaixo:

6.6.1 - Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB);

6.6.2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

6.6.3 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

6.6.4 - Prova de Regularidade com a Fazenda do Estado do Espírito Santo;

6.6.5 - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.6.6 - Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.6.7 - Prova de Regularidade de Falência e Concordata.

6.8 - O atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação e a pronta quitação das parcelas em aberto.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

6.9 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.10 - Dados para emissão da Nota Fiscal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARE

CNPJ nº 27.744.184/0001-50

AV. 09 de Agosto, nº 2326 - ES

CEP: 29.950-000

Telefone (27) 3769-2900

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do levantamento de valor de mercado.

7.2 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

8.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4.1. As notificações se darão por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual ou da apresentação da proposta, ficando a cargo desta avisar em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer alteração deste no curso do contrato;

8.4.2. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA após 48 (quarenta e oito) horas do seu envio.



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, designando servidores com competência necessária para promover o recebimento dos produtos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de validade e entrega;
- 8.6. Anotar em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento dos produtos;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;
- 8.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato;
- 8.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 8.11. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 8.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.13. Restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

9 - CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Transportar os produtos e disponibilizar mão de obra especializada para entrega dos mesmos;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Custear o frete relativo à devolução dos produtos defeituosos dentro do prazo de validade;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

- 9.8. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação;
- 9.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.10. Encaminhar, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e o relatório de adimplemento de encargos;
- 9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.12. Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail e demais formas de comunicação para abertura de chamados e envio de notificações, comunicando-o em até 24 (vinte e quatro) horas caso haja qualquer alteração;
- 9.13. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução da contratação, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;
- 9.14. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.15. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.16. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.20. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.20 – DEMAIS OBRIGAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS CONFORTE TERMO DE REFERENCIA.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9.1 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.2 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11.1 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21;
- b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21;
- c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21.
- d. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- e. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, fica autorizado à contratante a rescisão contratual por culpa da contratada, convertendo-se a multa em compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
- f. Aplicam-se a este contratado as multas compensatórias previstas no contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

11.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21), nos termos abaixo:

- a. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);
- b. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).
- c. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

12 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto e independente de termo de rescisão;

12.2. Aplicar-se-ão os arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, nas situações de extinção contratual.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nas classificações apresentadas abaixo:

Projeto/Atividade: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Elemento de Despesa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Fonte de Recurso: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Ficha: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

13.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A contratada, deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal nº 001/2024 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, A administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, Sra. xxxxxxxxxxxxxx e o fiscal suplente xxxxxxxxxxxxxx, tendo como gestora da ata a Sr. xxxxxxxxxxxx.

14.3.1. Obrigações do fiscal:

a) Atestar o recebimento provisório e definitivo;

b) Receber, conferir e atestar as Notas Fiscais;

c) Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

14.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

14.5. A Administração reserva-se o direito de, sem restringir a responsabilidade da contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos;

14.6. A fiscalização anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;



Prefeitura Municipal de Jaguaré *Estado do Espírito Santo*

14.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

14.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

14.9. O Gestor da contratação é o Gestor da Secretaria requisitante.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Jaguaré – ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Jaguare/ES, XXX de XXXXXXXX de 202x.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXX DE JAGUARE/ES
CONTRATANTE



Prefeitura Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÓRGÃO REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Gabinete, Administração, Cultura, Turismo, Transportes, Esportes, Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Finanças e Agricultura.

Número do processo administrativo: 2849/2026

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA

As Secretarias Municipais participantes realizam, de forma contínua e recorrente, reuniões institucionais, capacitações, cursos, oficinas, treinamentos, palestras, eventos culturais, esportivos, turísticos, ações de campo, encontros técnicos e demais atividades administrativas e finalísticas voltadas ao atendimento do interesse público, muitas das quais possuem duração prolongada, envolvem grande número de participantes e demandam suporte alimentar adequado para sua regular execução.

A ausência de planejamento prévio quanto ao fornecimento de alimentação durante essas atividades pode comprometer o adequado desenvolvimento das ações institucionais, ocasionando interrupções frequentes, atrasos, evasão de participantes, redução do engajamento e prejuízos à eficiência administrativa. Em diversas situações, os participantes permanecem por longos períodos em eventos, cursos, treinamentos ou reuniões sem acesso imediato a alimentação adequada, especialmente em atividades realizadas fora do horário regular, em locais descentralizados ou em ambientes sem estrutura apropriada para aquisição rápida de alimentos.

Além disso, considerando que as atividades promovidas pelas Secretarias envolvem servidores, colaboradores, atletas, cursistas, produtores rurais, empreendedores, representantes institucionais, munícipes e demais participantes das ações públicas, verifica-se a necessidade de disponibilização de alimentação prática, organizada e compatível com a dinâmica dos eventos e atividades realizadas pela Administração Municipal.

A necessidade mostra-se ainda mais evidente diante da natureza das ações desenvolvidas pelas Secretarias participantes, que frequentemente demandam a realização de eventos, capacitações, oficinas, cursos e encontros institucionais com quantitativos variáveis de participantes, exigindo planejamento prévio e fornecimento adequado de kits lanches



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

coletivos e individuais, especialmente em razão da duração das atividades e da necessidade de garantir melhores condições de permanência, participação e aproveitamento das programações realizadas.

Ressalta-se que o fornecimento pretendido envolve alimentos perecíveis e itens preparados para consumo imediato, como bolos, pães de queijo, mini pizzas, empadas, mini sanduíches, frutas, patês, sucos naturais e demais produtos alimentícios frescos, os quais exigem adequada logística de preparo, acondicionamento, conservação e entrega, de forma a assegurar condições apropriadas de higiene, qualidade e segurança alimentar.

A inexistência de contratação previamente estruturada para atendimento dessas demandas pode acarretar aquisições improvisadas, fragmentação de despesas, ausência de padronização dos itens fornecidos, dificuldades logísticas, aumento de custos operacionais e maior risco de falhas no atendimento das necessidades das Secretarias participantes, além de comprometer o adequado planejamento administrativo e a eficiência na execução das ações públicas.

Ademais, a demanda possui caráter recorrente e variável, conforme demonstrado no levantamento realizado pelas Secretarias participantes, envolvendo diferentes tipos de kits coletivos destinados ao atendimento de eventos com quantitativos estimados de 10, 20, 30, 50, 85 e 100 pessoas, além de kit lanche individual, conforme especificações e quantitativos constantes na planilha consolidada que integra o presente Estudo Técnico Preliminar.

Diante desse contexto, verifica-se a necessidade de a Administração Pública promover a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de kits lanche coletivos e kits lanche individuais, de forma parcelada e conforme demanda, visando assegurar adequado suporte às atividades institucionais das Secretarias Municipais participantes, garantir melhores condições de execução das ações administrativas e finalísticas e promover maior eficiência, organização e padronização no atendimento das necessidades relacionadas ao fornecimento de alimentação durante eventos e atividades de interesse público.

2. PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL - PPA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO e NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no (PPA, LDO,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

LOA), estando alinhado com o Planejamento da Administração. Vale ressaltar que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que a solução atenda adequadamente à necessidade administrativa identificada, a futura contratação deverá observar requisitos mínimos relacionados às características dos itens, às condições de fornecimento, à capacidade operacional da futura contratada, à qualidade dos produtos, às exigências sanitárias e às práticas de sustentabilidade, de forma a assegurar o atendimento satisfatório das demandas das Secretarias participantes.

O descritivo detalhado dos itens, com suas respectivas especificações e quantitativos estimados, consta em anexo a este Estudo Técnico Preliminar, devendo a futura contratação observar integralmente as características mínimas ali estabelecidas.

3.1. Requisitos gerais da contratação

A futura contratada deverá dispor de estrutura operacional, logística e produtiva compatível com a natureza e o volume das demandas previstas, garantindo a adequada execução do objeto durante toda a vigência da contratação.

A empresa deverá possuir infraestrutura adequada para preparo, armazenamento, acondicionamento, conservação, transporte e entrega dos kits lanche, assegurando condições apropriadas de higiene, organização, qualidade e segurança alimentar, compatíveis com alimentos destinados ao consumo humano.

Considerando a natureza do objeto, a contratada deverá possuir capacidade operacional suficiente para atendimento simultâneo de demandas das Secretarias participantes, inclusive em situações excepcionais nas quais ocorram múltiplos eventos na mesma data, sem prejuízo da qualidade dos produtos, dos prazos de entrega e das condições adequadas de fornecimento.

A contratação compreende o fornecimento de kits lanche coletivos e kits lanche individuais compostos por alimentos perecíveis e preparados para consumo imediato, incluindo bolos, salgados, mini pizzas, mini sanduíches, frutas, patês, sucos naturais e bebidas refrigeradas, exigindo-se que todos os produtos sejam entregues frescos, devidamente acondicionados e em condições apropriadas para consumo.

3.2. Requisitos dos produtos e da qualidade dos alimentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

Os itens fornecidos deverão atender integralmente às especificações mínimas constantes no descritivo anexo, observando-se composição, quantidades, peso aproximado, rendimento, variedade, forma de apresentação e demais características definidas para cada item.

Os alimentos deverão ser preparados em condições adequadas de higiene e segurança sanitária, utilizando ingredientes próprios para consumo, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas aplicáveis ao fornecimento de alimentos.

Os produtos deverão apresentar adequado padrão de qualidade, frescor, sabor, textura, aparência e conservação, sendo vedado o fornecimento de itens:

- deteriorados;
- vencidos;
- com alteração de odor, cor, textura ou sabor;
- acondicionados de forma inadequada;
- em desacordo com as especificações exigidas;
- com indícios de contaminação ou manipulação inadequada.

Os bolos, salgados, mini pizzas, mini sanduíches, empadas, esfirras, pães de queijo e demais itens preparados deverão ser produzidos preferencialmente no mesmo dia da entrega, de forma a preservar a qualidade e as condições adequadas de consumo.

As frutas deverão ser entregues frescas, higienizadas, descascadas e cortadas, quando assim previsto na composição do kit, em condições adequadas para consumo imediato.

Os sucos naturais deverão ser fornecidos frescos, em embalagens apropriadas, observando-se o prazo máximo de produção previsto nas especificações dos itens, não podendo apresentar sinais de fermentação, alteração de sabor ou inadequação ao consumo.

As bebidas deverão ser entregues devidamente refrigeradas, prontas para consumo imediato, em temperatura compatível com sua adequada conservação.

3.3. Requisitos de fornecimento e entrega

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias participantes, durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços e/ou instrumento contratual dela decorrente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, no Município de Jaguaré/ES, em conformidade com os horários, quantitativos e condições estabelecidos na solicitação ou ordem de fornecimento emitida pela Secretaria responsável.

A quantidade de kits e a data do evento deverão ser previamente informadas à futura contratada pela Administração, observando-se antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, salvo situações excepcionais devidamente justificadas pela Secretaria solicitante.

A futura contratada deverá garantir a entrega integral dos quantitativos solicitados, considerando o número de participantes previamente informado pela Administração, responsabilizando-se pela correta execução do fornecimento.

A contratada será integralmente responsável pela logística de transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos, bem como pela disponibilização da mão de obra necessária ao cumprimento da demanda nos locais indicados pela Administração.

Os produtos deverão ser acondicionados e transportados de forma adequada, preservando sua integridade, organização, higiene, temperatura e condições apropriadas de consumo até o momento da entrega.

3.4. Requisitos sanitários

A futura contratada deverá observar rigorosamente todas as normas sanitárias aplicáveis ao preparo, manipulação, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e fornecimento de alimentos destinados ao consumo humano.

A empresa deverá possuir alvará sanitário/licença sanitária válida, expedido pelo órgão competente, compatível com a atividade exercida.

O transporte dos alimentos deverá atender às exigências da Vigilância Sanitária, utilizando condições adequadas de conservação, higiene e segurança alimentar, de forma a evitar contaminações, deteriorações ou prejuízos à qualidade dos produtos fornecidos.

A Administração poderá recusar, no ato do recebimento, produtos que apresentem desconformidade com as especificações exigidas, inadequação sanitária, acondicionamento impróprio, qualidade inferior ou qualquer situação que comprometa o consumo adequado dos alimentos.

Em caso de fornecimento de item impróprio, inadequado ou divergente do solicitado, a contratada deverá providenciar sua substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

3.5. Critérios e práticas de sustentabilidade

A futura contratação deverá observar, sempre que compatível com a natureza do objeto, práticas voltadas à redução de impactos ambientais e ao uso racional de recursos.

Nesse sentido, deverão ser observadas, sempre que técnica e economicamente viáveis:

- utilização de embalagens adequadas ao acondicionamento dos alimentos, preferencialmente recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- planejamento adequado dos quantitativos solicitados, visando reduzir desperdícios de alimentos;
- adoção de boas práticas de armazenamento e transporte para redução de perdas de produtos perecíveis;
- logística de entrega organizada e racionalizada, visando otimização de deslocamentos;
- adequada destinação dos resíduos gerados, quando aplicável.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos são considerados necessários e suficientes para assegurar a adequada execução da futura contratação, garantindo qualidade, segurança alimentar, eficiência operacional e atendimento satisfatório das demandas das Secretarias Municipais participantes.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no levantamento realizado pelas Secretarias Municipais participantes, considerando as demandas previstas para reuniões, capacitações, cursos, oficinas, treinamentos, eventos institucionais e demais atividades administrativas e finalísticas que demandam o fornecimento de kits lanche coletivos e kits lanche individuais.

Para definição dos quantitativos estimados, foram considerados o histórico de consumo e utilização em contratações anteriores, a frequência estimada das atividades promovidas pelas Secretarias, a média de participantes dos eventos e a necessidade de atendimento ao longo da vigência pretendida para a futura contratação.

Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo e foram consolidados conforme as necessidades informadas pelas Secretarias participantes, observando-se a forma de execução parcelada e sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços, não representando obrigação de consumo integral pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

A consolidação das demandas em procedimento único busca promover maior padronização do fornecimento, racionalização administrativa, melhor planejamento das aquisições e potencial ganho de escala, contribuindo para maior eficiência e economicidade da contratação.

O detalhamento dos itens, especificações e quantitativos estimados consta na planilha consolidada anexa ao presente Estudo Técnico Preliminar.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis para atendimento da necessidade administrativa identificada, visando à identificação das modelagens disponíveis no mercado e à avaliação comparativa de soluções aptas a atender à demanda das Secretarias participantes, sob os aspectos da viabilidade técnica, operacional e econômica.

Considerando a natureza do objeto, verificam-se no mercado diferentes formas de atendimento de demandas relacionadas ao fornecimento de alimentação rápida para reuniões, eventos institucionais, capacitações, cursos, oficinas, treinamentos, ações de campo e demais atividades promovidas pela Administração Pública. Nesse contexto, foram analisadas as alternativas usualmente adotadas tanto pela iniciativa privada quanto pela Administração Pública para fornecimento de kits lanche coletivos, kits lanche individuais e gêneros alimentícios correlatos.

Registra-se que o presente levantamento tem por finalidade examinar as alternativas disponíveis e compará-las de forma objetiva, não se confundindo com a definição final da solução a ser adotada, a qual será tratada em tópico próprio deste Estudo Técnico Preliminar.

5.1. Solução 1 – Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado e sob demanda

Esta alternativa consiste na realização de procedimento licitatório para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado, sob demanda, de kits lanche coletivos, kits lanche individuais e gêneros alimentícios correlatos, com entrega nos locais, datas e quantitativos indicados pela Administração, conforme necessidade das Secretarias participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

Nessa modelagem, a empresa contratada assume a responsabilidade pelo preparo, montagem, acondicionamento, transporte e entrega dos itens, observadas as especificações mínimas estabelecidas pela Administração, bem como os padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar exigidos.

Trata-se de solução amplamente disponível no mercado, compatível com a natureza do objeto e com a prática administrativa usual para atendimento de demandas semelhantes, apresentando como principais vantagens a padronização do fornecimento, a simplificação operacional, a redução da necessidade de estrutura própria da Administração e a possibilidade de atendimento conforme a demanda efetivamente apresentada ao longo da vigência contratual.

5.2. Solução 2 – Aquisição ou contratação pontual e descentralizada por evento ou necessidade específica

Esta alternativa consiste na realização de aquisições avulsas ou contratações isoladas para atendimento de cada evento, reunião, curso, oficina, treinamento ou ação institucional específica, sem a consolidação prévia das demandas em procedimento único.

Embora possa atender necessidades pontuais e imediatas, tal solução apresenta limitações relevantes sob o ponto de vista da gestão administrativa, especialmente em razão da repetição de procedimentos, da maior carga operacional para instrução processual, da perda de padronização dos itens, da maior dificuldade de controle e fiscalização, da oscilação de preços e qualidade entre fornecimentos e da redução do potencial de ganho de escala.

Além disso, considerando a recorrência das demandas e a participação de múltiplas Secretarias, essa alternativa tende a se mostrar menos eficiente, com maior fragmentação administrativa e menor racionalização do planejamento das aquisições.

5.3. Solução 3 – Atendimento da demanda por meios próprios da Administração

Esta alternativa consiste na aquisição direta, pela Administração, dos insumos alimentícios necessários, bem como na execução interna das atividades de preparo, montagem, acondicionamento, transporte e distribuição dos kits e itens correlatos, por meio de recursos humanos, materiais e logísticos próprios.

Todavia, tal modelagem demanda estrutura operacional adequada, disponibilidade de equipe para manipulação e montagem dos itens, logística de transporte, condições de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

armazenamento e conservação, além de maior controle sanitário e organizacional, fatores que podem elevar a complexidade da execução e os custos indiretos da operação.

Além disso, em razão da diversidade de locais, datas, quantitativos e perfis de atendimento das Secretarias participantes, essa alternativa pode representar maior risco de ineficiência, desperdício, dificuldades operacionais e comprometimento da padronização e da qualidade dos itens fornecidos.

5.4. Análise comparativa das soluções

A análise comparativa das soluções evidencia que as alternativas disponíveis no mercado apresentam distintos níveis de viabilidade e adequação à necessidade administrativa identificada.

A **Solução 1** apresenta como pontos favoráveis a maior padronização dos itens, a possibilidade de atendimento conforme a demanda, a redução da necessidade de estrutura própria da Administração, a simplificação da execução, a maior previsibilidade logística e a compatibilidade com a natureza variável e parcelada do objeto.

A **Solução 2**, embora possível em situações pontuais, apresenta como desvantagens a fragmentação das aquisições, a repetição de procedimentos administrativos, a perda de padronização, a maior dificuldade de fiscalização e o menor potencial de economia de escala, podendo representar maior custo operacional indireto para a Administração.

A **Solução 3**, por sua vez, embora em tese viável, exige maior estrutura interna, maior disponibilidade de recursos humanos e materiais, maior controle sanitário e logístico e maior capacidade de organização por parte da Administração, circunstâncias que podem dificultar a execução uniforme e eficiente do objeto, especialmente diante da recorrência e da variabilidade das demandas das Secretarias participantes.

Dessa forma, o levantamento realizado demonstra que existem alternativas disponíveis no mercado para atendimento da necessidade identificada, cabendo à Administração, em tópico próprio deste Estudo Técnico Preliminar, definir a solução que melhor atenda ao interesse público, observados os critérios de vantajosidade, eficiência, economicidade, padronização e adequação operacional.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

O valor total da contratação será de **R\$ 739.136,05 (setecentos e trinta e nove mil, cento e trinta e seis reais e cinco centavos)**, conforme valores referenciais, e das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, conforme anexo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Após a realização do levantamento de mercado e da análise comparativa das alternativas disponíveis, reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de kits lanche coletivos, kits lanche individuais e gêneros alimentícios correlatos, mediante Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado, sob demanda e com entrega nos locais indicados pela Administração, conforme a necessidade das Secretarias Municipais participantes.

A solução escolhida compreende, de forma integrada, todos os elementos necessários ao adequado atendimento da necessidade administrativa identificada, abrangendo o preparo, montagem, porcionamento, acondicionamento, conservação, transporte e entrega dos itens alimentícios, observadas as especificações mínimas definidas pela Administração, os padrões de qualidade exigidos, as condições adequadas de higiene e segurança alimentar e os prazos de atendimento compatíveis com a natureza das demandas.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços** mostra-se adequada em razão da natureza variável, estimada e não contínua do objeto, uma vez que as solicitações ocorrerão de forma eventual e parcelada, conforme a realização de reuniões, eventos, cursos, capacitações, oficinas, treinamentos, ações de campo, atividades esportivas e demais atividades institucionais promovidas pelas Secretarias participantes. Tal modelagem permite à Administração contratar apenas os quantitativos efetivamente necessários ao longo da vigência da Ata, promovendo maior flexibilidade, racionalização do consumo, melhor gestão orçamentária e redução do risco de desperdícios.

A solução contempla, ainda, a centralização das demandas de múltiplas Secretarias em procedimento único, o que favorece a padronização dos itens, a uniformidade das especificações, a racionalização da gestão contratual, a simplificação dos procedimentos administrativos e o potencial ganho de escala, contribuindo para maior eficiência e economicidade na futura contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

Como parte essencial da solução, os itens deverão ser fornecidos conforme solicitação prévia da Administração, observando-se prazo mínimo de antecedência, especialmente por se tratar de produtos perecíveis e, em muitos casos, prontos para consumo.

A solução deverá assegurar que os kits e gêneros alimentícios sejam entregues em perfeitas condições de consumo, devidamente acondicionados, em conformidade com as especificações mínimas do processo, respeitando-se os padrões de qualidade, frescor, integridade, apresentação, quantidade, composição e segurança alimentar. Os alimentos perecíveis e preparados deverão observar rigorosamente as normas sanitárias aplicáveis, bem como as boas práticas de manipulação, conservação, transporte e entrega.

Considerando a natureza do objeto, não se aplicam exigências típicas de manutenção preventiva, corretiva ou assistência técnica, próprias de contratações de bens duráveis ou equipamentos. Todavia, a solução deverá contemplar mecanismos de controle da qualidade do fornecimento, inclusive com previsão de recusa de itens em desconformidade, bem como substituição imediata, sempre que forem constatados vícios, inadequações, condições impróprias para consumo, divergência de quantitativos ou descumprimento das especificações exigidas pela Administração.

Além disso, a solução pressupõe que a futura contratada possua regularidade para o exercício da atividade compatível com o objeto, observando a legislação sanitária e demais normas aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios, quando cabível.

Assim, a solução descrita mostra-se apta a atender, de forma integrada, eficiente e economicamente adequada, as necessidades das Secretarias Municipais participantes, assegurando o suporte alimentar necessário às atividades institucionais, a continuidade das ações administrativas e finalísticas e a observância dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, padronização e atendimento ao interesse público.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da presente contratação é composto por itens divisíveis e autônomos, uma vez que contempla diferentes tipos de kits lanche coletivos, kits lanche individuais e gêneros alimentícios correlatos, cada qual com especificações próprias, composição definida, unidade de fornecimento específica e quantitativos individualizados, sendo tecnicamente possível e juridicamente recomendável sua adjudicação de forma parcelada por item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

No presente caso, cada item previsto na planilha da contratação representa uma unidade de fornecimento individualmente identificável, com características próprias e independentes, não havendo impedimento técnico para sua separação. Ainda que todos os itens integrem a mesma finalidade administrativa — qual seja, o atendimento às demandas de alimentação em reuniões, eventos, capacitações, cursos, oficinas, treinamentos e demais atividades institucionais —, cada item pode ser fornecido de forma autônoma, sem prejuízo da funcionalidade do conjunto da contratação.

A adoção do parcelamento por item mostra-se adequada e vantajosa, pois permite melhor aproveitamento das peculiaridades do mercado, amplia a competitividade do certame, possibilita a participação de maior número de licitantes, inclusive fornecedores de menor porte, e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Além disso, a adjudicação por item não compromete a padronização nem a execução contratual, uma vez que as especificações mínimas de cada item estarão previamente definidas, possibilitando à Administração exigir padrão uniforme de qualidade, composição, acondicionamento, prazo de entrega e condições de fornecimento, independentemente do número de fornecedores vencedores.

Ressalta-se, ainda, que o parcelamento por item não se confunde com a forma de execução contratual. Embora o julgamento seja realizado por item, o fornecimento dos produtos ocorrerá de forma parcelada e conforme demanda, ao longo da vigência da futura Ata de Registro de Preços, conforme as necessidades efetivamente apresentadas pelas Secretarias participantes.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento do objeto, com adjudicação por item, por se tratar de medida que amplia a competitividade, favorece a economicidade, respeita a divisibilidade técnica do objeto e não compromete a adequada execução da contratação, mostrando-se a modelagem mais compatível com o interesse público e com as características do mercado fornecedor.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

Com a presente contratação, pretende-se assegurar o adequado suporte às atividades institucionais desenvolvidas pelas Secretarias Municipais participantes, por meio do fornecimento de kits lanche coletivos, kits lanche individuais e gêneros alimentícios correlatos, de forma a garantir melhores condições para a realização de reuniões, capacitações, cursos, oficinas, treinamentos, eventos, ações de campo e demais atividades administrativas e finalísticas de interesse público.

Em termos de economicidade, busca-se a racionalização das aquisições por meio da consolidação das demandas das Secretarias participantes em procedimento único, com utilização do Sistema de Registro de Preços e fornecimento parcelado conforme demanda, evitando-se aquisições fragmentadas, contratações avulsas e soluções improvisadas, o que contribui para maior previsibilidade do gasto, melhor planejamento das despesas, padronização das especificações e potencial obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

No que se refere ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, pretende-se reduzir a sobrecarga operacional das unidades administrativas com a realização de aquisições pontuais e repetitivas, bem como afastar a necessidade de mobilização de servidores para providências informais relacionadas à organização, aquisição, preparo ou distribuição de alimentos em cada evento ou atividade, permitindo que a força de trabalho da Administração permaneça direcionada às suas atribuições finalísticas e estratégicas.

Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos materiais e logísticos, a contratação visa assegurar o fornecimento padronizado e organizado dos itens, com entrega conforme a necessidade da Administração, reduzindo desperdícios, minimizando falhas de planejamento, evitando aquisições descoordenadas e proporcionando maior controle sobre os quantitativos efetivamente utilizados ao longo da vigência da futura Ata de Registro de Preços.

Sob o aspecto da eficiência administrativa, pretende-se garantir maior regularidade no atendimento das demandas das Secretarias participantes, com maior previsibilidade, segurança e agilidade no fornecimento dos itens necessários às atividades institucionais, reduzindo riscos de desabastecimento, atrasos, interrupções indevidas ou prejuízos ao andamento de reuniões, eventos, capacitações e ações públicas.

Busca-se, ainda, como resultado pretendido, a padronização da qualidade dos itens fornecidos, a observância das condições mínimas de higiene, acondicionamento e segurança



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

alimentar, bem como a melhoria do controle contratual e da fiscalização da execução, assegurando maior confiabilidade no atendimento das demandas e melhor qualidade na prestação do suporte alimentar necessário às ações da Administração.

Dessa forma, a contratação pretendida visa produzir resultados positivos à Administração Pública, consistentes na ampliação da economicidade, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, maior eficiência operacional, redução de aquisições avulsas e improvisadas, padronização do fornecimento e adequado suporte às atividades institucionais das Secretarias Municipais participantes, em consonância com o interesse público.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Considerando a natureza do objeto, não se vislumbra a necessidade de adoção de providências estruturais complexas, adaptações físicas, intervenções no ambiente administrativo, aquisições complementares, adequações de sistemas ou obtenção de licenças, autorizações ou outorgas específicas por parte da Administração para viabilizar a futura contratação, uma vez que se trata de fornecimento comum de kits lanche coletivos, kits lanche individuais e gêneros alimentícios correlatos, com entrega sob demanda, conforme as necessidades das Secretarias participantes.

Todavia, previamente à formalização da contratação, mostra-se recomendável a adoção de providências administrativas internas necessárias ao adequado planejamento e à correta execução contratual, especialmente:

- elaboração e consolidação do Termo de Referência, com definição detalhada das especificações dos itens, condições de fornecimento, prazos, forma de entrega, critérios de recebimento e obrigações da futura contratada;
- realização da pesquisa de preços, na forma da legislação aplicável, para formação da estimativa do valor da contratação;
- definição do fluxo interno de solicitação dos itens pelas Secretarias participantes, com observância de antecedência mínima para os pedidos, de modo a compatibilizar a demanda administrativa com a logística de fornecimento;
- designação formal de gestor e fiscal da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual dela decorrente, para acompanhamento da execução, controle das



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

solicitações, conferência dos itens entregues e fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais;

- orientação dos servidores responsáveis quanto aos procedimentos de recebimento, conferência, aceitação e eventual recusa de itens entregues em desconformidade, especialmente no que se refere à qualidade, quantidade, acondicionamento e condições adequadas de consumo.

No tocante à capacitação, considerando tratar-se de objeto de baixa complexidade técnica e de fornecimento comum, não se verifica, em princípio, a necessidade de capacitação técnica específica ou especializada para os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, sendo suficiente a observância das rotinas administrativas usuais, sem prejuízo de eventual orientação interna quanto aos procedimentos de recebimento e controle da execução.

Dessa forma, conclui-se que, embora não haja necessidade de providências prévias de maior complexidade, a Administração deverá adotar as medidas administrativas ordinárias de planejamento, instrução processual, organização do fluxo de atendimento e designação dos responsáveis pela gestão e fiscalização, de modo a assegurar a adequada formalização e execução da futura contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Após análise da necessidade administrativa e da natureza do objeto, não se identificam contratações interdependentes cuja celebração ou execução seja condição necessária para a viabilidade da presente contratação, uma vez que o fornecimento de kits lanche coletivos, kits lanche individuais e gêneros alimentícios correlatos possui autonomia funcional e pode ser executado de forma independente, conforme a demanda das Secretarias Municipais participantes.

Do mesmo modo, não foram identificadas, no presente momento, contratações correlatas obrigatórias cuja existência imponha condicionamento técnico ou operacional à futura contratação, não havendo dependência direta de outro ajuste para que o objeto atenda à necessidade administrativa ora examinada.

Ressalta-se, contudo, que a presente demanda poderá guardar relação indireta e complementar com ações, projetos, eventos, reuniões, capacitações, oficinas, treinamentos e demais atividades institucionais promovidas pelas Secretarias participantes, os quais



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

constituem o contexto administrativo que motiva a necessidade do fornecimento. Tais situações, entretanto, não configuram interdependência contratual, mas apenas vinculação operacional ao planejamento das atividades administrativas e finalísticas dos órgãos demandantes.

Assim, conclui-se que não há contratações correlatas e/ou interdependentes indispensáveis à viabilidade da presente contratação, sem prejuízo de que a Administração observe, no planejamento da execução, a compatibilização do fornecimento com o calendário e a programação das ações institucionais das Secretarias participantes, de modo a assegurar melhor aproveitamento dos recursos e adequada organização das demandas.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação, por envolver o fornecimento de kits lanche coletivos, kits lanche individuais e gêneros alimentícios correlatos, poderá gerar impactos ambientais potenciais, especialmente no que se refere à utilização de embalagens, à geração de resíduos sólidos, ao eventual desperdício de alimentos e à logística de transporte e entrega dos itens.

Dentre os principais impactos ambientais associados à futura contratação, destacam-se:

- a geração de resíduos decorrentes de embalagens utilizadas no acondicionamento, transporte e distribuição dos alimentos;
- o descarte de materiais de uso único eventualmente empregados no fornecimento;
- o risco de desperdício de alimentos em caso de solicitação de quantitativos superiores à necessidade real;
- os impactos indiretos decorrentes do transporte dos produtos até os locais indicados pela Administração, especialmente em razão da emissão de poluentes e do consumo de combustíveis.

Não obstante, tais impactos não inviabilizam a contratação, podendo ser mitigados por meio da adoção de boas práticas de planejamento, execução e fiscalização contratual, bem como pela observância de critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto. Nesse sentido, recomenda-se que a futura contratação observe, sempre que técnica e economicamente viável:

- a utilização de embalagens adequadas ao acondicionamento dos alimentos, preferencialmente recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

- o fornecimento em quantitativos compatíveis com a demanda efetivamente solicitada, a fim de reduzir desperdícios e evitar descarte desnecessário de alimentos;
- o planejamento prévio das solicitações pelas Secretarias participantes, com observância de antecedência mínima e compatibilização com o número estimado de participantes de cada atividade;
- a adoção de logística de entrega racional e eficiente, de forma a otimizar deslocamentos e minimizar impactos ambientais decorrentes do transporte;
- a observância de boas práticas de manipulação, conservação e transporte dos alimentos, contribuindo para a redução de perdas de produtos perecíveis;
- a orientação para uso consciente dos itens fornecidos e adequada destinação dos resíduos gerados, quando aplicável.

Assim, conclui-se que os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação são **pontuais, previsíveis e mitigáveis**, podendo ser adequadamente administrados mediante planejamento das demandas, controle do fornecimento, adoção de critérios sustentáveis e fiscalização da execução contratual, de modo a compatibilizar o atendimento da necessidade administrativa com a promoção do desenvolvimento sustentável e o uso racional dos recursos públicos.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Jaguare, 21 de maio de 2026.

Equipe responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar:

Assinado por LESLY SABRINY TEODORO MARTINS
101 ***-***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
22/05/2026 15:18:40

Lesly Sabriny Teodoro Martins
Departamento de compras

Assinado por LIVIA SIECZKOWSKI DE PAULA 180.***-***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
25/05/2026 14:23:13



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

LIVIA SIECZKOWSKI DE PAULA
Consultor Técnico

Ratificado por:

Assinado por MARCOS ANTONIO
GUERRA WANDERMUREM 732.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
22/05/2026 15:31:07

Maria Betânea Natale
Secretária Municipal de Gabinete

Assinado por MONIQUE CARMINATI SAMPAIO
155.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

25/05/2026 08:26:18
Mônica Carminati Sampaio
Secretária Municipal de Administração

Assinado por ELDER SOSSAI DE LIMA 793.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
27/05/2026 14:34:33

Elder Sossai de Lima
Secretário Municipal de Agricultura

Assinado por ELIAS JESUS VIANA 071.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
25/05/2026 07:58:08

Elias Jesus Viana
Secretário Municipal de Cultura

Assinado por JOAO HENRIQUE SARTORI VIEIRA 155.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
26/05/2026 13:19:08

João Henrique Sartori Vieira
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Assinado por ROMERITO SANTOS CAMILO
107.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
22/05/2026 15:24:59

Romerito Santos Camilo
Secretário Municipal de Esportes

Assinado por LARISSA PREATO NEVES
172.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
25/05/2026 08:31:30

Larissa Preato Neves
Secretária Municipal de Finanças

Assinado por JOAO GILBERTO MACEDO TONINI
940.837.117-87
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
25/05/2026 08:13:31

João Gilberto Macedo Tonini
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Robson Grobério
Secretário Municipal de Planejamento Urbano

Assinado por LUCIANO SERAFIM BARBOSA 080.***.***.** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
25/05/2026 07:39:02

Luciano Serafim Barbosa
Secretário Municipal de Transportes

Assinado por VERA LUCIA DE BACKER WANDERMUREM 873.***.***.** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
25/05/2026 09:04:20

Vera Lúcia de Backer Wandermurem
Secretária Municipal de Turismo

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Aprovado pela autoridade competente, Sr. Marcos Antônio Guerra Wandermurem, prefeito Municipal do Município de Jaguaré/ES.

Marcos Antônio Guerra Wandermurem Prefeito Municipal de Jaguaré/ES

* As siglas constantes nas tabelas de quantitativos anexas referem-se às Secretarias Municipais participantes da presente contratação, conforme descrição abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado do Espírito Santo

ANEXO I - Descrições / Quantidades / Valores

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	SEMGAB	SMADM	SEMESP	SMC	SMMA	SEMAG	SEMPU	SEMDE	SEMT	SMF	SEMTR	TOTAL
01	KIT LANCHE COLETIVO - 10 PESSOAS Contendo: -01 bolo caseiro de aproximadamente 01 kg, dividido em 20 fatias; -30 unidades de mini pães de queijo, frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada; -30 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada; -20 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora; -1kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê; -30 unidades de mini sanduíches naturais; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 1 melão, 1 melancia cortada em triângulos, 500g de uvas frescas;	UNID.	30	30	-	-	10	-	-	-	05	03	05	83



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

	-05 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja (2), manga (2) e abacaxi (1), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo.													
02	KIT LANCHE COLETIVO - 20 PESSOAS Contendo: -01 bolo de cenoura com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço; -01 bolo de chocolate com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço; -40 unidades de pães de queijo, frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 100 gramas cada; -30 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada; -30 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora;	UNID.	40	15	-	-	10	10	-	10	15	03	05	108



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

	<p>-500g de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê;</p> <p>-frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos;</p> <p>-03 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja, manga e abacaxi, com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo;</p> <p>-02 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).</p>													
03	<p>KIT LANCHE COLETIVO - 30 PESSOAS</p> <p>Contendo:</p> <p>-02 bolos de cenoura com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, divididos em 30 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço;</p> <p>-01 bolo de chocolate com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço;</p> <p>-01kg de mini pães de queijo frescos e assados na hora,</p>	UNID.	50	15	10	20	10	03	10	10	03	03	-	134



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

	<p>divididos em aproximadamente 100 (cem) unidades e pesando aproximadamente 10g cada;</p> <p>-40 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada;</p> <p>-40 unidades de mini esfirras, frescas e assadas na hora, com recheio de frango desfiado, e peso aproximado de 35g cada;</p> <p>-01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê;</p> <p>-frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos;</p> <p>-04 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja (2), manga (1) e abacaxi (1), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo;</p> <p>-03 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).</p>													
04	KIT LANCHE COLETIVO – 50 PESSOAS	UNID.	30	15	20	-	20	03	30	10	10	-	-	138



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

<p>Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none">-03 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milharina, fubá com cobertura de goiabada e chocolate, divididos em 25 fatias de cada sabor;-50 unidades de mini pães de queijo frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada;-200 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto, milho verde e orégano), e peso aproximado de 40g cada;-100 unidades de mini sanduíches naturais;-50 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora;-01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê;-frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos;-10 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (4), manga (3)											
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado do Espírito Santo

	e abacaxi (3), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo; -05 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).													
05	KIT LANCHE COLETIVO - 85 PESSOAS Contendo: -03 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milhoarina, fubá com cobertura de goiabada e chocolate, divididos em 25 fatias de cada sabor; -85 unidades de mini pães de queijo frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada; -80 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto, milho verde e oregano), e peso aproximado de 40g cada; -100 unidades de mini salgados fritos (sortidos); -100 unidades de mini sanduíches naturais; -80 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora; -01kg de patê de frango acompanhado de torradas na	UNID.	25	15	-	-	05	02	-	-	01	-	-	48



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado do Espírito Santo

	quantidade proporcional à quantidade de patê; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 3 melões e 2 melancias cortadas em triângulos; -10 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (4), manga (3) e abacaxi (3), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo; -06 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).													
06	KIT LANCHE COLETIVO - 100 PESSOAS Contendo: -04 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milho (1), fubá com cobertura de goiabada (1) e chocolate (2), divididos em 25 fatias de cada sabor; -100 unidades de mini pães de queijo, frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada; -100 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto,	UNID.	40	15	-	-	03	08	05		01	-	05	77



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado do Espírito Santo

	milho verde e oregano), e peso aproximado de 40g cada; -100 unidades de mini salgados fritos (sortidos); -100 unidades de mini sanduíches naturais; -100 unidades mini empadas, frescas e assadas na hora; -01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional a quantidade de patê; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 4 melões e 2 melancias cortadas em triângulos; -25 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (9), manga (8) e abacaxi (8), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo; -06 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).													
07	KIT LANCHE INDIVIDUAL Contendo: -01 pão francês tradicional, tipo bisnaga, fresco do dia, pesando 50 gramas, com uma fatia quadrada de queijo tipo muçarela e uma fatia quadrada de presunto cozido;	UNID.	300	-	4.000	2.000	-	-	-	-	800	-	-	7.100



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado do Espírito Santo



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto:

1.1.1. Formalização de Registro de Preços para aquisição de kits lanches, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, conforme previsto no art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 001, de 02 de janeiro de 2024.

1.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia seguinte da publicação no Diário Oficial, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

1.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O instrumento contratual de que trata o item 1.5 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1.6. Não é permitido que o licitante ofereça proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

1.7. O fornecimento de bens é enquadrado como Fornecimento não contínuo tendo em vista que os itens são requisitados de acordo com a demanda da Secretaria de Administração.

1.8. Os quantitativos previstos para esta contratação possuem caráter estimativo, destinando-se ao adequado planejamento da futura aquisição, não gerando à Administração obrigação de contratação integral dos itens registrados, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços e da execução sob demanda.

1.9. a Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência.

1.10. FUNDAMENTAÇÃO

1.10.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

1.10.2. As aquisições são fundamentadas na Lei nº 14.133 de 2021, Lei Complementar nº 123 de 2006 de suas alterações;

1.10.3. As aquisições também são embasadas no Decreto Municipal n. 001/2024 que DISPÕE SOBRE A LICITAÇÃO NAS MODALIDADES CONCORRÊNCIA E PREGÃO E A CONTRATAÇÃO DIRETA, PREVISTAS NA LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ/ES, **bem como no Decreto Municipal n. 30/2024, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço.**

1.10.4. Decreto Municipal nº 275, de 17 de julho de 2025, que altera o artigo 34 do Decreto nº 030, de 29 de janeiro de 2024, dispondo sobre a possibilidade de renovação da ata de registro de preços pelos quantitativos originalmente contratados.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender às demandas das Secretarias Municipais participantes quanto ao fornecimento de kits lanche coletivos e kits lanche individuais para reuniões, capacitações, cursos, oficinas, treinamentos, eventos e demais atividades institucionais de interesse público.

A ausência de fornecimento adequado de alimentação durante essas atividades pode comprometer o regular andamento das ações administrativas, especialmente em eventos realizados com grande número de participantes ou em locais sem acesso imediato à alimentação adequada.

Os kits serão compostos por alimentos perecíveis e preparados para consumo imediato, exigindo adequado preparo, acondicionamento, conservação e entrega, observando-se padrões mínimos de qualidade, higiene e segurança alimentar.

Diante disso, faz-se necessária a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de kits lanche coletivos e kits lanche individuais, de forma parcelada e conforme demanda, visando assegurar melhor organização, padronização e eficiência no atendimento das necessidades das Secretarias Municipais participantes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para que a solução atenda adequadamente à necessidade administrativa identificada, a futura contratação deverá observar requisitos mínimos relacionados às características dos itens, às condições de fornecimento, à capacidade operacional da futura contratada, à qualidade dos produtos, às exigências sanitárias e às práticas de sustentabilidade, de forma a assegurar o atendimento satisfatório das demandas das Secretarias participantes.

O descritivo detalhado dos itens, com suas respectivas especificações e quantitativos estimados, consta em anexo a este Estudo Técnico Preliminar, devendo a futura contratação observar integralmente as características mínimas ali estabelecidas.

4.1. Requisitos gerais da contratação

A futura contratada deverá dispor de estrutura operacional, logística e produtiva compatível com a natureza e o volume das demandas previstas, garantindo a adequada execução do objeto durante toda a vigência da contratação.

A empresa deverá possuir infraestrutura adequada para preparo, armazenamento, acondicionamento, conservação, transporte e entrega dos kits lanche, assegurando condições apropriadas de higiene, organização, qualidade e segurança alimentar, compatíveis com alimentos destinados ao consumo humano. Considerando a natureza do objeto, a contratada deverá possuir capacidade operacional suficiente para atendimento simultâneo de demandas das Secretarias participantes, inclusive em situações excepcionais nas quais ocorram múltiplos eventos na mesma data, sem prejuízo da qualidade dos produtos, dos prazos de entrega e das condições adequadas de fornecimento.

A contratação compreende o fornecimento de kits lanche coletivos e kits lanche individuais compostos por alimentos perecíveis e preparados para consumo imediato, incluindo bolos, salgados, mini pizzas, mini sanduíches, frutas, patês, sucos naturais e bebidas refrigeradas, exigindo-se que todos os produtos sejam entregues frescos, devidamente acondicionados e em condições apropriadas para consumo.

4.2. Requisitos dos produtos e da qualidade dos alimentos

Os itens fornecidos deverão atender integralmente às especificações mínimas constantes no descritivo anexo, observando-se composição, quantidades, peso aproximado, rendimento, variedade, forma de apresentação e demais características definidas para cada item.

Os alimentos deverão ser preparados em condições adequadas de higiene e segurança sanitária, utilizando ingredientes próprios para consumo, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas aplicáveis ao fornecimento de alimentos.

Os produtos deverão apresentar adequado padrão de qualidade, frescor, sabor, textura, aparência e conservação, sendo vedado o fornecimento de itens:



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

- deteriorados;
- vencidos;
- com alteração de odor, cor, textura ou sabor;
- acondicionados de forma inadequada;
- em desacordo com as especificações exigidas;
- com indícios de contaminação ou manipulação inadequada.

Os bolos, salgados, mini pizzas, mini sanduíches, empadas, esfirras, pães de queijo e demais itens preparados deverão ser produzidos preferencialmente no mesmo dia da entrega, de forma a preservar a qualidade e as condições adequadas de consumo.

As frutas deverão ser entregues frescas, higienizadas, descascadas e cortadas, quando assim previsto na composição do kit, em condições adequadas para consumo imediato.

Os sucos naturais deverão ser fornecidos frescos, em embalagens apropriadas, observando-se o prazo máximo de produção previsto nas especificações dos itens, não podendo apresentar sinais de fermentação, alteração de sabor ou inadequação ao consumo.

As bebidas deverão ser entregues devidamente refrigeradas, prontas para consumo imediato, em temperatura compatível com sua adequada conservação.

4.3. Requisitos de fornecimento e entrega

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias participantes, durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços e/ou instrumento contratual dela decorrente.

Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, no Município de Jaguaré/ES, em conformidade com os horários, quantitativos e condições estabelecidos na solicitação ou ordem de fornecimento emitida pela Secretaria responsável.

A quantidade de kits e a data do evento deverão ser previamente informadas à futura contratada pela Administração, observando-se antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, salvo situações excepcionais devidamente justificadas pela Secretaria solicitante.

A futura contratada deverá garantir a entrega integral dos quantitativos solicitados, considerando o número de participantes previamente informado pela Administração, responsabilizando-se pela correta execução do fornecimento.

A contratada será integralmente responsável pela logística de transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos, bem como pela disponibilização da mão de obra necessária ao cumprimento da demanda nos locais indicados pela Administração.

Os produtos deverão ser acondicionados e transportados de forma adequada, preservando sua integridade, organização, higiene, temperatura e condições apropriadas de consumo até o momento da entrega.

4.4. Requisitos sanitários



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

A futura contratada deverá observar rigorosamente todas as normas sanitárias aplicáveis ao preparo, manipulação, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e fornecimento de alimentos destinados ao consumo humano.

Em razão da natureza do objeto, que envolve o fornecimento de alimentos perecíveis e preparados para consumo imediato, a empresa deverá possuir regularidade sanitária compatível com a atividade exercida, comprovada mediante Alvará Sanitário, Licença Sanitária ou documento equivalente expedido pelo órgão competente.

O transporte dos alimentos deverá atender às exigências da Vigilância Sanitária, utilizando condições adequadas de conservação, higiene e segurança alimentar, de forma a evitar contaminações, deteriorações ou prejuízos à qualidade dos produtos fornecidos.

A Administração poderá recusar, no ato do recebimento, produtos que apresentem desconformidade com as especificações exigidas, inadequação sanitária, acondicionamento impróprio, qualidade inferior ou qualquer situação que comprometa o consumo adequado dos alimentos.

Em caso de fornecimento de item impróprio, inadequado ou divergente do solicitado, a contratada deverá providenciar sua substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

4.5. Critérios e práticas de sustentabilidade

A futura contratação deverá observar, sempre que compatível com a natureza do objeto, práticas voltadas à redução de impactos ambientais e ao uso racional de recursos.

Nesse sentido, deverão ser observadas, sempre que técnica e economicamente viáveis:

- utilização de embalagens adequadas ao acondicionamento dos alimentos, preferencialmente recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- planejamento adequado dos quantitativos solicitados, visando reduzir desperdícios de alimentos;
- adoção de boas práticas de armazenamento e transporte para redução de perdas de produtos perecíveis;
- logística de entrega organizada e racionalizada, visando otimização de deslocamentos;
- adequada destinação dos resíduos gerados, quando aplicável.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos são considerados necessários e suficientes para assegurar a adequada execução da futura contratação, garantindo qualidade, segurança alimentar, eficiência operacional e atendimento satisfatório das demandas das Secretarias Municipais participantes.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Das Amostras

4.3. Não será necessária apresentação de amostra do produto.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

Garantia Da Contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a não exigência de garantia contratual justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de gêneros alimentícios de baixa complexidade, amplamente disponíveis no mercado, sem a existência de riscos relevantes que justifiquem a imposição de custos adicionais aos licitantes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Das Condições de Entrega, recebimento e devolução de produtos.

5.1.1. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias participantes, durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços e/ou instrumento contratual dela decorrente.

5.1.2. Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, no Município de Jaguaré/ES, em conformidade com os horários, quantitativos e condições estabelecidos na solicitação ou ordem de fornecimento emitida pela Secretaria responsável.

5.1.3. O prazo de entrega dos produtos nos locais dos eventos será de no mínimo 30 (trinta) minutos, antes do horário determinado pelas Secretarias Requisitantes.

5.1.4. A quantidade de kits e a data do evento deverão ser previamente informadas à futura contratada pela Administração, observando-se antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, salvo situações excepcionais devidamente justificadas pela Secretaria solicitante.

5.1.5. A futura contratada deverá garantir a entrega integral dos quantitativos solicitados, considerando o número de participantes previamente informado pela Administração, responsabilizando-se pela correta execução do fornecimento.

5.1.6. A contratada será integralmente responsável pela logística de transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos, bem como pela disponibilização da mão de obra necessária ao cumprimento da demanda nos locais indicados pela Administração.

5.1.7. Os produtos deverão ser acondicionados e transportados de forma adequada, preservando sua integridade, organização, higiene, temperatura e condições apropriadas de consumo até o momento da entrega.

5.1.8. Em caso de recebimento do produto com embalagens danificadas, a licitante deverá substituir integralmente o quantitativo reprovado, correndo por sua conta todas as despesas de devolução e reposição.

5.1.9. Comunicar à secretaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

6. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

6.1. A Ata de registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Após a assinatura da Ata de registro de Preços, A administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, sr. **Lucas Costa Pereira**.

Aos que compete entre outras obrigações:

- a) Atestar o recebimento provisório e definitivo;
- b) Receber, conferir e atestar as Notas Fiscais;
- c) Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

6.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

6.5. A Administração reserva-se o direito de, sem restringir a responsabilidade da contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos;

6.6. A fiscalização anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

6.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

6.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 - FORMA DE PAGAMENTO



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

7.1.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.1.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2 - PRAZO DE PAGAMENTO

7.2.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.

7.2.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação.

7.2.3 - No caso de atraso pelo Contratante, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * 0,33 * 100 * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

7.3 - A Nota Fiscal/Fatura deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

7.3.1 - Identificação completa da Contratada: CNPJ (o mesmo constante da documentação fiscal, exceto se for emitida por filial/matriz que contenha o mesmo CNPJ base, com sequencial específico da filial/matriz) da contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc.;

7.3.2 – Prazo de validade;

7.3.3 – Data da emissão;

7.3.4 – Dados da contratação e do órgão contratante;

7.3.5 - Descrição de forma clara do objeto executado;

7.3.6 - Valores unitários e totais e período com as informações referentes aos itens do objeto efetivamente entregues;

7.3.7 - Número do processo que originou a contratação, bem como o número do empenho.

7.3.8 - Informações bancárias para pagamento.

7.3.9 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

7.5 - Os pagamentos serão condicionados à apresentação da Nota Fiscal dos produtos/serviços contratados e entregues/executados devidamente atestados pelo setor competente.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

7.6 - Deverá a contratada apresentar ainda as provas de regularidade fiscal e trabalhista com prazo de validade vigente, descritas abaixo:

7.6.1 - Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB);

7.6.2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

7.6.3 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

7.6.4 - Prova de Regularidade com a Fazenda do Estado do Espírito Santo;

7.6.5 - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

7.6.6 - Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.6.7 - Prova de Regularidade de Falência e Concordata.

7.7 - O atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação e a pronta quitação das parcelas em aberto.

7.8 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.9 - Dados para emissão da Nota Fiscal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARE

CNPJ nº 27.744.184/0001-50

Avenida Nove de Agosto, 2.326, Centro - Jaguaré – ES

CEP: 29.950-000

Telefone (27) 99810-6774 ou (27)3769-1555

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

8.2. Forma de fornecimento

8.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

8.3. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, seguintes requisitos:

8.3.1. Habilitação jurídica

I. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

VII. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

VIII. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- V. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- VI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VII. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VIII. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2.1 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- I - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- II - Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- III - Se o licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- IV - Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- V - Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).

8.3.2.2. O Agente da Contratação/Pregoeiro e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação procederão à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

8.3.2.3. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

8.3.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.4.1 - CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

- a) Termo de Abertura;
- b) Termo de Encerramento;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração de Resultado do Exercício;
- e) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alienas “a” e “b” acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

8.3.4.2 - A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos documentos apresentados no item anterior, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISC = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

8.3.4.3 - Será habilitada a empresa que apresentar:



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

- I. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- II. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- III. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

8.3.4.4 - As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de 10% (dez por cento) da soma dos valores ESTIMADOS dos lotes arrematados.

I - Para os consórcios, para fins de comprovação da qualificação econômico financeira, deverá ser comprovado o valor descrito no subitem 8.3.4.4, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido ao licitante individual, perfazendo assim o valor a ser comprovado de 20% (vinte por cento).

II - O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definida em lei.

8.3.4.5 - O exercício social torna-se exigível:

- I. Após o último dia do mês de JUNHO do ano subsequente, para as Licitantes que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;
- II. Após o último dia do mês de ABRIL do ano subsequente, para as demais licitantes.

8.3.4.6 - Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

8.3.4.7 - Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

8.3.4.8 - O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, poderão ser apresentados de forma cumulativa, quando a informação do último exercício, constar os dois períodos.

8.3.4.9- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

I - As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

II - O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

8.7. Qualificação Técnica

8.7.1. - Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou fornecimento da natureza do objeto da presente licitação.

8.7.2 - O licitante deverá apresentar Alvará Sanitário, Licença Sanitária ou documento equivalente vigente, expedido pelo órgão competente, compatível com a atividade econômica relacionada ao objeto da contratação.

8.7.3 - O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na legislação.

8.8 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.8.1 - O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.8.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

8.8.3 - O prazo acima poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período;

8.9 - COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.9.1 - O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

8.9.2 - Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

8.9.3 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ACEITACÃO DA PROPOSTA

9.1. O custo estimado total da contratação é **R\$ 739.136,05 (setecentos e trinta e nove mil, cento e trinta e seis reais e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

9.2. O valor aceito para contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no Mapa Comparativo de Preço;

9.3. Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

9.4. Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes dos fornecimentos dos produtos;

9.5. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.6. Os orçamentos providos pelos fornecedores na fase interna da contratação e as propostas apresentadas na fase externa terão prazo de validade mínimo de 60 dias;

10. DAS OBRIGACÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Transportar os produtos e disponibilizar mão de obra especializada para entrega dos mesmos;



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

- 10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.7. Custear o frete relativo à devolução dos produtos defeituosos dentro do prazo de garantia;
- 10.8. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação;
- 10.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.10. Encaminhar, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e o relatório de adimplemento de encargos;
- 10.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 10.12. Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail e demais formas de comunicação para abertura de chamados e envio de notificações, comunicando-o em até 24 (vinte e quatro) horas caso haja qualquer alteração;
- 10.13. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução da contratação, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;
- 10.14. Comunicar à fiscalização da contratação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.15. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.16. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;
- 10.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução desta contratação;
- 10.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 10.20. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

10.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.22. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas desta contratação, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

11.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

11.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4.1. As notificações se darão por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual ou da apresentação da proposta, ficando a cargo desta avisar em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer alteração deste no curso da contratação;

11.4.2. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA após 48 (quarenta e oito) horas do seu envio.

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, designando servidores com competência necessária para promover o recebimento dos produtos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de validade e entrega;

11.6. Anotar em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento dos produtos;

11.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.8. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

11.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e na ata de registro de preços;

11.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

11.11. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA; 11.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.13. Restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida da contratação;

12 . DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANCÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21;
- b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21;
- c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

d. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

e. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, fica autorizado à contratante a rescisão contratual por culpa da contratada, convertendo-se a multa em compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

f. Aplicam-se a este contratado as multas compensatórias previstas no Termo de Referência.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21), nos termos abaixo:

a. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);

b. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

c. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município:

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Indicação da Dotação Orçamentária		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	NOMENCLATURA
ÓRGÃO	010	SECRETARIA DE GABINETE
UNIDADE	01	SECRETARIA DE GABINETE
PROJETO / ATIVIDADE	2.001	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	10	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	170	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE	19	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO / ATIVIDADE	2.091	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	1261	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	120	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
UNIDADE	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
PROJETO / ATIVIDADE	2.091	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	1054	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	080	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
UNIDADE	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
PROJETO / ATIVIDADE	2.054	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESTA UNIDADE - GERÊNCIA DE CULTURA
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	642	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	030	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
UNIDADE	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
PROJETO / ATIVIDADE	2.004	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

FICHA	50	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	050	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
PROJETO / ATIVIDADE	2.029	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	295	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	180	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE	20	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PROJETO / ATIVIDADE	2.094	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS ORÇAMENTÁRIAS
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	1293	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	130	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
UNIDADE	14	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PROJETO / ATIVIDADE	2.078	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	1116	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	140	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
UNIDADE	16	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
PROJETO / ATIVIDADE	2.084	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO URBANO
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	1159	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	100	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
UNIDADE	10	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
PROJETO / ATIVIDADE	2.057	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	696	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
ÓRGÃO	090	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE JAGUARÉ
UNIDADE	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE JAGUARÉ



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

PROJETO / ATIVIDADE	2.055	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO
ELEMENTO	33903000000	Material de Consumo
FICHA	677	
FONTE DE RECURSO	150000009999	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

14.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

14.1.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS OU RESCISÃO

15.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

15.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, observada abrangência definida nos §§ 4º e 5º do art. 50, do Decreto nº 030/2024.

• Na hipótese do inciso IV, caso a penalidade aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.4.1. Por razão de interesse público;

15.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto nº 030/2024.

16. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO

16.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

16.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

16.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

16.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

16.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

16.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

16.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

16.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

16.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 16.1.

Dos Limites para as Adesões



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

16.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

16.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação e Acréscimo de Quantitativos

16.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei nº. 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº. 001/2024.

Jaguaré/ES, 15 de junho de 2026.

Equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Assinado por LESLY SABRINY TEODORO
MARTINS 101.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 10:13:50

Lesly Sabriny Teodoro Martins
Departamento de compras

Assinado por LIVIA SIECZKOWSKI DE PAULA
180.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 11:02:57

LIVIA SIECZKOWSKI DE PAULA
Consultor Técnico

Ratificado por:

Assinado por MARIA BETANIA NATALE
176.677.147-54
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Maria Betânea Natale
Secretária Municipal de Gabinete

Assinado por LARISSA PREATO NEVES
172.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
17/06/2026 08:21:29

Larissa Preato Neves
Secretária Municipal de Administração

Assinado por JEFFERSON REINALDO DE OLIVEIRA 094.***.***.***
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 10:33:07

Jefferson Reinaldo de Oliveira
Secretário Municipal de Agricultura



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

Assinado por ELIAS JESUS VIANA 071.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 10:36:50

Elias Jesus Viana
Secretário Municipal de Cultura

Assinado por JOAO HENRIQUE SARTORI VIEIRA 155.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 10:23:56

João Henrique Sartori Vieira
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Assinado por ROMERITO SANTOS CAMILO 107.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 10:59:16

Romerito Santos Camilo
Secretário Municipal de Esportes

Assinado por WANDERLEY ANTONIO CROSCOPP 947.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 10:33:09

Wanderley Antônio Croscopp
Secretária Municipal de Finanças

Assinado por JOAO GILBERTO MACEDO TONINI
940.837.117-97
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 13:07:25

João Gilberto Macedo Tonini
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Assinado por ROBSON GROBERIO 045.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 10:34:46

Robson Grobério
Secretário Municipal de Planejamento Urbano

Assinado por LUCIANO SERAFIM
BARBOSA 080.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 14:13:21

Luciano Serafim Barbosa
Secretário Municipal de Transportes

Assinado por VERA LUCIA DE BACKER WANDERMUREM 873.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
16/06/2026 15:29:58

Vera Lúcia de Backer Wandermurem
Secretária Municipal de Turismo

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Aprovado pela autoridade competente, Sr. Marcos Antônio Guerra Wandermurem, prefeito Municipal do Município de Jaguaré/ES.

Assinado por MARCOS ANTONIO GUERRA
WANDERMUREM
732.142.567-34
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Marcos Antônio Guerra Wandermurem



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

Prefeito Municipal de Jaguaré/ES

* As siglas constantes nas tabelas de quantitativos anexas referem-se às Secretarias Municipais participantes da presente contratação, conforme descrição abaixo:

SIGLA	SECRETARIA
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SEMD	Secretaria Municipal de Desenvolvimento
SEMPU	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
SMF	Secretaria Municipal de Finanças
SEADM	Secretaria Municipal de Administração
SEMESP	Secretaria Municipal de Esportes
SEMT	Secretaria Municipal de Turismo
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMGAB	Secretaria Municipal de Gabinete
SEMTR	Secretaria Municipal de Transportes



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

ANEXO I – ITEM / DESCRIÇÃO / QUANTITATIVO POR SECRETARIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	SEMGAB	SMADM	SEMESP	SMC	SMMA	SEMAG	SEMPU	SEMDE	SEMT	SMF	SEMTR	TOTAL
01	KIT LANCHE COLETIVO - 10 PESSOAS Contendo: -01 bolo caseiro de aproximadamente 01 kg, dividido em 20 fatias; -30 unidades de mini pães de queijo, frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada; -30 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada; -20 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora; -1kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê; -30 unidades de mini sanduíches naturais; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 1 melão, 1 melancia cortada em triângulos, 500g de uvas frescas; -05 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja (2), manga (2) e abacaxi (1), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de	UNID.	30	30	-	-	10	-	-	-	05	03	05	83



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	consumo.													
02	KIT LANCHE COLETIVO - 20 PESSOAS Contendo: -01 bolo de cenoura com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço; -01 bolo de chocolate com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço; -40 unidades de pães de queijo, frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 100 gramas cada; -30 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada; -30 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora; -500g de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos; -03 litros de suco (natural e	UNID.	40	15	-	-	10	10	-	10	15	03	05	108



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja, manga e abacaxi, com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo; -02 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).													
03	KIT LANCHE COLETIVO - 30 PESSOAS Contendo: -02 bolos de cenoura com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, divididos em 30 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço; -01 bolo de chocolate com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço; -01kg de mini pães de queijo frescos e assados na hora, divididos em aproximadamente 100 (cem) unidades e pesando aproximadamente 10g cada; -40 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada; -40 unidades de mini esfirras, frescas e assadas na hora, com recheio de frango desfiado, e peso aproximado de 35g cada;	UNID.	50	15	10	20	10	03	10	10	03	03	-	134



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	<p>-01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê;</p> <p>-frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos;</p> <p>-04 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja (2), manga (1) e abacaxi (1), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo;</p> <p>-03 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).</p>													
04	<p>KIT LANCHE COLETIVO – 50 PESSOAS</p> <p>Contendo:</p> <p>-03 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milho, fubá com cobertura de goiabada e chocolate, divididos em 25 fatias de cada sabor;</p> <p>-50 unidades de mini pães de queijo frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada;</p> <p>-200 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto, milho verde e orégano), e peso aproximado de 40g cada;</p> <p>-100 unidades de mini sanduíches</p>	UNID.	30	15	20	-	20	03	30	10	10	-	-	138



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	naturais; -50 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora; -01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos; -10 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (4), manga (3) e abacaxi (3), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo; -05 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).													
05	KIT LANCHE COLETIVO - 85 PESSOAS Contendo: -03 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milho, fubá com cobertura de goiabada e chocolate, divididos em 25 fatias de cada sabor; -85 unidades de mini pães de queijo frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada; -80 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto, milho verde e	UNID.	25	15	-	-	05	02	-	-	01	-	-	48



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	<p>oregano), e peso aproximado de 40g cada;</p> <p>-100 unidades de mini salgados fritos (sortidos);</p> <p>-100 unidades de mini sanduíches naturais;</p> <p>-80 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora;</p> <p>-01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê;</p> <p>-frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 3 melões e 2 melancias cortadas em triângulos;</p> <p>-10 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (4), manga (3) e abacaxi (3), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo;</p> <p>-06 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).</p>													
06	<p>KIT LANCHE COLETIVO - 100 PESSOAS</p> <p>Contendo:</p> <p>-04 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milho (1), fubá com cobertura de goiabada (1) e chocolate (2), divididos em 25 fatias de cada sabor;</p> <p>-100 unidades de mini pães de queijo, frescos e assados na hora,</p>	UNID.	40	15	-	-	03	08	05		01	-	05	77



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	<p>pesando aproximadamente 20 gramas cada;</p> <ul style="list-style-type: none">-100 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto, milho verde e oregano), e peso aproximado de 40g cada;-100 unidades de mini salgados fritos (sortidos);-100 unidades de mini sanduíches naturais;-100 unidades mini empadas, frescas e assadas na hora;-01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional a quantidade de patê;-frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 4 melões e 2 melancias cortadas em triângulos;-25 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (9), manga (8) e abacaxi (8), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo;-06 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).													
07	KIT LANCHE INDIVIDUAL Contendo: <ul style="list-style-type: none">-01 pão francês tradicional, tipo bisnaga, fresco do dia, pesando 50 gramas, com uma fatia	UNID.	300	-	4.000	2.000	-	-	-	-	800	-	-	7.100



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

ANEXO II – ITEM / DESCRIÇÃO / QUANTITATIVO TOTAL / VALOR UNITÁRIO / VALOR TOTAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTITATIVO TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	KIT LANCHE COLETIVO - 10 PESSOAS Contendo: - 01 bolo caseiro de aproximadamente 01 kg, dividido em 20 fatias; - 30 unidades de mini pães de queijo, frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada; - 30 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada; - 20 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora; -1kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê; -30 unidades de mini sanduíches naturais; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 1 melão, 1 melancia cortada em triângulos, 500g de uvas frescas; -05 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja (2), manga (2) e abacaxi (1), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo.	UNID.	83	R\$ 445,50	R\$ 36.976,50
02	KIT LANCHE COLETIVO - 20 PESSOAS Contendo: -01 bolo de cenoura com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço; -01 bolo de chocolate com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço; -40 unidades de pães de queijo, frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 100 gramas cada; -30 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada; -30 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora; -500g de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos;	UNID.	108	R\$ 526,50	R\$ 56.862,00



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	<p>-03 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja, manga e abacaxi, com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo;</p> <p>-02 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).</p>				
03	<p>KIT LANCHE COLETIVO - 30 PESSOAS</p> <p>Contendo:</p> <p>-02 bolos de cenoura com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, divididos em 30 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço;</p> <p>-01 bolo de chocolate com cobertura de chocolate, fresco e assado na hora, dividido em 15 pedaços, pesando aproximadamente 25g cada pedaço;</p> <p>-01kg de mini pães de queijo frescos e assados na hora, divididos em aproximadamente 100 (cem) unidades e pesando aproximadamente 10g cada;</p> <p>-40 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa de muçarela, presunto, milho verde e orégano, e peso aproximado de 40g cada;</p> <p>-40 unidades de mini esfirras, frescas e assadas na hora, com recheio de frango desfiado, e peso aproximado de 35g cada;</p> <p>-01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê;</p> <p>-frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos;</p> <p>-04 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro, nos sabores: laranja (2), manga (1) e abacaxi (1), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo;</p> <p>-03 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).</p>	UNID.	134	R\$ 576,25	R\$ 77.217,50
04	<p>KIT LANCHE COLETIVO – 50 PESSOAS</p> <p>Contendo:</p> <p>-03 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milhoarina, fubá com cobertura de goiabada e chocolate, divididos em 25 fatias de cada sabor;</p> <p>-50 unidades de mini pães de queijo frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada;</p> <p>-200 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto, milho verde e orégano), e peso aproximado de 40g cada;</p> <p>-100 unidades de mini sanduíches naturais;</p> <p>-50 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora;</p> <p>-01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à</p>	UNID.	138	R\$ 1.365,35	R\$ 188.418,30



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	quantidade de patê; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 2 melões, 3 mangas e 1 melancia cortada em triângulos; -10 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (4), manga (3) e abacaxi (3), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo; -05 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).				
05	KIT LANCHE COLETIVO - 85 PESSOAS Contendo: -03 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milhoarina, fubá com cobertura de goiabada e chocolate, divididos em 25 fatias de cada sabor; -85 unidades de mini pães de queijo frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada; -80 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto, milho verde e oregano), e peso aproximado de 40g cada; -100 unidades de mini salgados fritos (sortidos); -100 unidades de mini sanduíches naturais; -80 unidades de mini empadas, frescas e assadas na hora; -01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional à quantidade de patê; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 3 melões e 2 melancias cortadas em triângulos; -10 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (4), manga (3) e abacaxi (3), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo; -06 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).	UNID.	48	R\$ 1.777,35	R\$ 85.312,80
06	KIT LANCHE COLETIVO - 100 PESSOAS Contendo: -04 bolos de aproximadamente 01kg cada, nos sabores milhoarina (1), fubá com cobertura de goiabada (1) e chocolate (2), divididos em 25 fatias de cada sabor; -100 unidades de mini pães de queijo, frescos e assados na hora, pesando aproximadamente 20 gramas cada; -100 unidades de mini pizzas, frescas e assadas na hora, com cobertura externa sortida (frango, muçarela, presunto, milho verde e oregano), e peso aproximado de 40g cada; -100 unidades de mini salgados fritos (sortidos);	UNID.	77	R\$ 2.078,35	R\$ 160.032,95



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

	<p>-100 unidades de mini sanduíches naturais; -100 unidades mini empadas, frescas e assadas na hora; -01kg de patê de frango acompanhado de torradas na quantidade proporcional a quantidade de patê; -frutas diversas descascadas, cortadas e separadas: 4 melões e 2 melancias cortadas em triângulos; -25 litros de suco (natural e fresco) fornecidos em embalagem de 01 litro nos sabores: laranja (9), manga (8) e abacaxi (8), com produção de no máximo 12 horas, contendo ainda validade de consumo; -06 unidades de 2 litros de refrigerante (sabores diversos).</p>				
07	<p>KIT LANCHE INDIVIDUAL Contendo: -01 pão francês tradicional, tipo bisnaga, fresco do dia, pesando 50 gramas, com uma fatia quadrada de queijo tipo muçarela e uma fatia quadrada de presunto cozido; -01 (uma) maçã, devidamente higienizada e embalada; -01 achocolatado acondicionado em embalagem de 200ml, com data de validade impressa na embalagem.</p>	UNID.	7100	R\$ 14,52	R\$ 103.092,00
08	<p>PÃO FRANCÊS TRADICIONAL - 50 GRAMAS Composição mínima da massa: -40 gramas de farinha de trigo -0.8 gramas de açúcar -0.04 gramas de reforçador -24ml de água -0.2 gramas de sal -1.2 gramas de fermento biológico -0.4 gramas de gordura vegetal Vida útil de 6 horas. Entrega em embalagem apropriada, sem sujidades.</p>	KG.	1.200	R\$ 26,02	R\$ 31.224,00
VALOR TOTAL					R\$ 739.136,05

